

AO

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FNDE

Ilmo.(a) Sr.(a) Pregoeiro(a) e Colenda Equipe de Apoio

Ínclita Autoridade Superior Competente

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90007/2024.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23034.025189/2023-56.

ITENS 4 E 6

4	469794	Notebook Educacional Tipo E1-B Clamshell (Microsoft Windows 11 Pro Education 64 GB)	UND (Dispositivo)	98.450
6	457953	Notebook Educacional Tipo E2-B Conversível (Microsoft Windows 11 Pro Education 64 GB)	UND (Dispositivo)	86.628

POSITIVO TECNOLOGIA S.A. (Filial localizada na cidade de Manaus/AM), pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Javari nº 1255, Lote 257-B, Distrito Industrial I, inscrita no CNPJ/MF sob nº 81.243.735/0019-77, conforme Estatuto Social e Ata de Eleição da Atual Diretoria em Exercício (DOC. Nº 01), doravante denominada simplesmente de POSITIVO ou RECORRENTE, vem, tempestiva e respeitosamente, por sua procuradora legal ao final assinada conforme Procuração (DOC. Nº 02), apresentar

RECURSO HIERÁRQUICO

contra a indevida decisão que classificou e declarou vencedora a proposta da licitante GRUPO MULTI S.A., doravante denominada simplesmente de licitante GRUPO MULTI ou RECORRIDA, para os Itens 4 e 6 do certame, o que o faz com fulcro no item 11 do edital, nas disposições Lei Federal nº 14.133/2021 e nas demais legislações aplicáveis, declinando os motivos do seu inconformismo pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidas:

I – DA LEGITIMIDADE E TEMPESTIVIDADE:

1. A POSITIVO possui legitimidade para interpor o presente Recurso tendo em vista sua regular participação no referido certame.
2. A declaração de vencedora ocorreu no dia 24/julho/2025 (quinta-feira), momento em que foi registrada pela POSITIVO sua intenção recursal. Para contagem do prazo deve ser excluído o dia de início e incluído o do encerramento, e tanto o dia do início quanto o de encerramento devem ser úteis, isto é, com efetivo expediente na Administração. Em assim sendo, tem-se que o presente pleito é tempestivo, visto que o prazo recursal se iniciou em 25/julho/2025 (sexta-feira) e se encerra, de pleno direito, nesta data de 29/julho/2025 (terça-feira).

II – DAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS:

3. Reafirmando, desde já, o respeito que dedica ao FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (“FNDE”), ao Sr.(a) Pregoeiro(a), aos integrantes da equipe de apoio e aos demais servidores envolvidos na condução da licitação, a POSITIVO registra que o seu inconformismo em relação a decisão prolatada não se faz de maneira desarrazoada ou visando turbar o procedimento licitatório em apreço. O presente Recurso se destina unicamente à preservação do direito subjetivo da RECORRENTE e da legalidade do certame.
4. Considerando que o Instrumento Convocatório é a lei interna da licitação, seus termos deverão ser observados e obedecidos tanto pelas empresas que participam da disputa quanto pela entidade promotora, visto que a licitação objetiva à satisfação do interesse público na busca da proposta mais vantajosa, que significa a conjugação dos seguintes fatores: **(i)** uma licitante que atenda minimamente aos requisitos de habilitação; **(ii)** um produto que atenda a todas as exigências técnicas estabelecidas; **(iii)** o menor preço possível.
5. Além disso, a estrita observância aos Princípios Constitucionais, que são norteadores da atividade administrativa, é condição *sine qua non* para a validade e eficácia de qualquer ato administrativo. É o previsto no caput do art. 37 da CF/88, senão vejamos:

“Art. 37 – A administração pública direta ou indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...)”
(Grifos e destaques acrescidos)

6. Portanto, desta linha mestra constitucional, especialmente quanto ao Princípio da Legalidade, decorre a distinção fundamental entre os atos praticados pela Administração Pública e os atos praticados pelos particulares, como na célebre colocação do Prof. Hely Lopes Meirelles, em sua obra Direito Administrativo Brasileiro, 25ª ed. São Paulo: Malheiros, 2000, p. 82:

“Na administração pública não há liberdade nem vontade pessoal. Enquanto na administração particular é lícito fazer tudo o que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza. A lei para o particular significa ‘poder fazer assim’; para o administrador público significa ‘deve fazer assim’.” (Grifos e destaques acrescidos)

7. E neste sentido, com a vênia devida ao trabalho desempenhado por essa Respeitável Comissão de Licitação, mas a decisão levada a termo quanto à aceitação da proposta e consequente declaração como vencedora dos itens 4 e 6 em favor da licitante GRUPO MULTI, não está de acordo com a Legalidade e Isonomia esperadas, conforme se passa a demonstrar:

III – DA NECESSÁRIA DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELA LICITANTE GRUPO MULTI PARA OS ITENS 4 E 6, UMA VEZ QUE NÃO COMPROVOU CONCRETAMENTE ESSENCIAIS EXIGÊNCIAS TÉCNICAS DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO EM RELAÇÃO À SOLUÇÃO DE GERENCIAMENTO. JUSTO E FUNDADO RECEIO DE QUE, NA PRÁTICA, OS EQUIPAMENTOS OFERTADOS NÃO RETRATEM AS PROPOSTAS/CATÁLOGOS/ESPECIFICAÇÕES DOCUMENTAIS, SENDO FUNDAMENTAL A SOLICITAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE AMOSTRAS NESTA FASE DA LICITAÇÃO PARA AFERIR 100% DA ADERÊNCIA TÉCNICA:

III.A) ANÁLISE SOBRE A SOLUÇÃO DE GERENCIAMENTO PULSUS:

8. Abaixo segue transcrito o Apêndice E do Anexo V – Caderno de Especificações Técnicas, com os requisitos específicos mínimos de gerenciamentos dos dispositivos educacionais:

APÊNDICE E. REQUISITOS ESPECÍFICOS MÍNIMOS DE GERENCIAMENTO DOS DISPOSITIVOS	
ID	Funcionalidades mínimas de gerenciamento para dispositivos educacionais
Os dispositivos para uso educacional especificados no APÊNDICE C (notebooks educacionais) devem possuir solução de gerenciamento nativa ou homologada pelo FABRICANTE do respectivo SISTEMA OPERACIONAL que atenda, no mínimo, aos seguintes requisitos:	
E-1	Deve possuir funcionalidade(s) de controle de contas de usuário (gerenciamento de identidade) cobrindo, no mínimo: gestão de usuários e acessos (exemplo: configuração de contas por grupo e por nível de privilégio) e proteção contra acesso não autorizado.
E-2	Deve possuir funcionalidade(s) de controle, aplicação e gestão de políticas de acesso cobrindo, no mínimo: gestão de políticas de acesso (criar política, habilitar/desabilitar política, parametrizar política), gestão de grupos (criar grupo, atribuir grupo, atribuir políticas) gestão de acesso a aplicativos (atribuir aplicativos a grupos), gestão de acesso a navegação web (no mínimo liberar/bloquear navegação e liberar/bloquear sites), gestão de acesso a interfaces (gestão de portas de entrada/saída).
E-3	Deve possuir funcionalidade(s) de inventário de dispositivos cobrindo, no mínimo: identificação de dispositivos, inventário de softwares/aplicativos instalados e inventário de integridade (ações/erros).
E-4	Deve possuir funcionalidade(s) de gerenciamento remoto de dispositivos, cobrindo, no mínimo: registro e configuração de dispositivos, distribuição de aplicativos e configurações, assistência remota e comandos remotos (exemplo: localizar e desativar dispositivos).
E-5	Deve possuir funcionalidade(s) de desativação de dispositivos cobrindo, no mínimo: redefinir dispositivo, remover dispositivo do gerenciamento e apagar dados do dispositivo (retornar ao estado original).
E-6	Deve possuir hub (centro/loja) de disponibilização/distribuição de aplicativos homologados/autorizados, com funcionalidade(s) de gerenciamento dos aplicativos disponibilizados.
E-7	A solução de gerenciamento deve ser entregue com licenciamento do tipo perpétuo, com garantia de atualizações, no mínimo, durante o período de vigência da Garantia Técnica dos dispositivos (48 meses).
E-8	No que se refere à segurança digital, considerando o disposto na Resolução CE-ENEC nº 3, de 11 de julho de 2024, frisamos que a solução de gerenciamento dos dispositivos educacionais deve cumprir a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709/2018), que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais e fornecer (i) aplicação de filtros de conteúdo para controle ou bloqueio de acesso a determinados sites e aplicativos; (ii) acesso com login e senha para identificação do usuário; e (iii) capacidade de gerenciamento remoto e monitoramento e/ou análise de conteúdo acessado para fins de segurança.
Cabe ao FORNECEDOR demonstrar o atendimento cabal aos requisitos de gerenciamento descritos neste APÊNDICE mediante documentação técnica hábil, prova de conceito e/ou avaliação de AMOSTRAS. A definição do formato de implantação da solução de gerenciamento e de suas respectivas funcionalidades, incluindo os níveis de controle desejados, dentro do limite dos requisitos, é de responsabilidades do(s) ENTE(S) CONTRATANTE(S).	

9. Em sua proposta, a licitante GRUPO MULTI ofertou o software de gerenciamento para dispositivos educacionais da empresa Pulsus:

<p>grupoMulti</p> <p>Ao</p> <p>FNDE-MEC-FUNDO NAC.DE DESENV.DA EDUCACAO/DF</p> <p>PREGÃO ELETRONICO Nº 90007/2024</p> <p>ITEM 4 - Notebook Educacional Tipo E1-B Clamshell (Windows 11 Pro Education 64 GB)</p> <p>Fabricante: Multi</p> <p>Marca: Multi</p> <p>Modelo: M11W PRO CL - PC116 + Licença Pulsus</p> <p>Quantidade: 98.450un</p> <p>Site: https://governo.grupomulti.com.br/produtos-e-manuais</p>					
TABELA DE ATENDIMENTO PONTO A PONTO					
Notebook Educacional Tipo E1-B Clamshell (Windows 11 Pro Education 64 GB)	TIPO E1-B	Documento	PAGINA	ITEM	Observações da Multi
SISTEMA OPERACIONAL					
C-19 Sistema operacional instalado e licenciado (no idioma Português do Brasil):	Microsoft Windows 11 Pro Education	2 - Catálogo_Notebook_M11W_PRO_CL-PC116	3	Sistemas Operacionais compatíveis para instalação	Será fornecido com sistema operacional Microsoft Windows 11 Pro Education OEM
C-20 Solução de gerenciamento que atenda aos requisitos mínimos constantes no APÊNDICE E:	Mínimo exigido				Será atendido pela ferramenta de gerenciamento Pulsus
Funcionalidades mínimas de gerenciamento para dispositivos educacionais	Mínimo exigido				Será atendido pela ferramenta de gerenciamento Pulsus
Os dispositivos para uso educacional especificados no APÊNDICE C (notebooks educacionais) devem possuir solução de gerenciamento nativa ou homologada pelo FABRICANTE do respectivo SISTEMA OPERACIONAL que atenda, no mínimo, aos seguintes requisitos:	Mínimo exigido	7.1 - Declaração Microsoft Pulsus	1	Declaração	

10. No Apêndice E está descrito de forma bem clara: “Cabe ao FORNECEDOR demonstrar o atendimento **CABAL** aos requisitos de gerenciamento descritos neste APÊNDICE mediante documentação técnica hábil, prova de conceito e/ou avaliação de AMOSTRAS.”

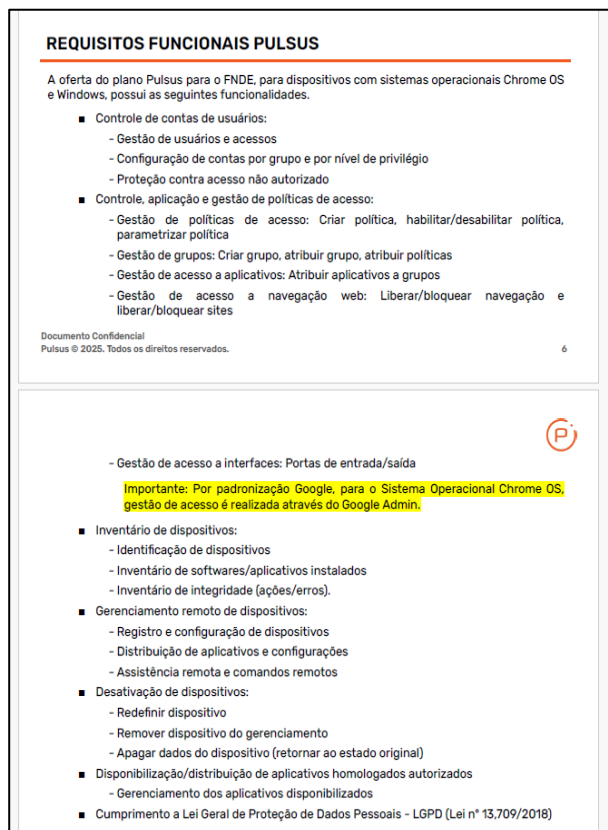
11. Observa-se, no entanto, que não há documentação técnica hábil que comprove CABALMENTE os requisitos. E no simples catálogo apresentado, **a Pulsus claramente se posiciona como parceira Google, sem qualquer menção enfática de parceria com a Microsoft**. Ainda, até dia de hoje, 29/julho/2025, a solução Pulsus não está sequer listada no marketplace Microsoft, assim como a empresa desenvolvedora Pulsus também não está listada como parceira Microsoft.

12. Ou seja, a solução de Gerenciamento da Pulsus não possuía certificação da Microsoft na data da sessão de abertura/disputa de lances ocorrida em 19/maio/2025. A comprovação de conformidade foi obtida posteriormente, por meio de declaração emitida pela Microsoft apenas em 09/junho/2025, ou seja, após o prazo de formulação da proposta (data da disputa).

13. Ainda sobre o catálogo, nota-se claramente que o mesmo foi criado especificamente para atender ao edital sem qualquer detalhamento mínimo necessário sobre as funcionalidades/requisitos exigidos. A grande maioria das páginas traz apenas informações institucionais e assuntos relacionados a Google e seus produtos/serviços. O “catálogo” indica mais uma proposta de desenvolvimento de uma solução de software, sendo que esta solução sequer existia para Microsoft na data da disputa, tanto que a carta da Microsoft é datada de 09/06/2025. Confira-se:



14. Em outras palavras, o catálogo apresentado sobre a solução de gerenciamento da Pulsus não se presta a comprovar nenhum dos requisitos da solução, apenas cita tais requisitos, descritos em uma lista de tópicos ao final da página 6 findando na metade da página 7, como se pode observar abaixo:



7 - Catálogo_Técnico_Pulsus_FNDE.pdf – páginas 1, 6 e 7

15. Prova desta incompletude é que o próprio FNDE não conseguiu atestar a comprovação e precisou solicitar um documento complementar. Importante ressaltar que neste documento complementar, as capturas de tela e os links dos vídeos **apresentam apenas a interface Web do Portal de administração. Em nenhum momento é evidenciada qualquer propagação das ações realizadas no Portal para os dispositivos propriamente ditos.**

16. Sendo assim, tem-se como uma solução de gerenciamento de dispositivos que só apresentou um portal web, mas nenhum dispositivo gerenciado fez parte da sua demonstração. Por exemplo, está indicado que a ferramenta permite a instalação remota de aplicativos, mas só fica comprovada uma interface de cadastro de arquivos na Web. Ou seja, na prática e pela ausência de evidências concretas apresentadas, não é possível certificar que os dispositivos receberam este arquivo (download), executaram, restando o aplicativo instalado e funcional. Também é indicada a criação de lista de sites bloqueados, mas novamente, apenas

evidenciada em interface Web de cadastro. Não é possível certificar que os dispositivos estão bloqueando os sites destas listas, concretamente.

17. Além dos requisitos que não foram demonstrados, outros foram evidenciados de forma a induzir a um entendimento equivocado, como por exemplo: é uma solução de gestão de dispositivos que só faz gestão de acesso e monitoramento do uso em relação ao seu Portal Web, e que ao invés de configurações de hardware e inventário da integridade dos dispositivos, se preocupa com auditoria das ações apenas do seu Portal Web. **Enfim, simplesmente “omite” ou induz os avaliadores a “não perceber” que a exigência editalícia se refere a uma solução de gestão de DISPOSITIVOS. Com todo o respeito, mas apenas cadastros Web não evidenciam a gestão de DISPOSITIVOS!** Isso fica ainda mais evidente ao comparar com a forma como os mesmos requisitos são atendidos pela solução de gerenciamento para os notebooks educacionais ChromeOS (Google CEU).

18. Deste modo, considerando que o edital menciona a necessidade de comprovar o atendimento **“CABAL”** dos requisitos, a ausência destas concretas evidências em uma solução de gerenciamento de dispositivos é inadmissível, com todo o respeito!

19. O que ficou comprovado foi apenas a existência de uma série de cadastros em um Portal Web de uma empresa que é parceira Google e conhecida no mercado como parceira Google com sua solução para Android, mas não o que de fato objetivamente requer o edital.

20. Esta situação é grave, pois causa insegurança técnica e jurídica ao FNDE:

✓ **Insegurança técnica:** quanto ao funcionamento e compatibilidade do software, já que na data do cadastro inicial da proposta não havia confirmação oficial de sua conformidade com os requisitos da Microsoft. Nesse cenário, como garantir a plena operação da ferramenta, sua integração com o sistema operacional e a entrega de todas as funcionalidades prometidas, sem a devida validação técnica do próprio fabricante da plataforma?

✓ Outro ponto de cuidado, que demanda cautela de análise por parte do FNDE, é o estranho fato de que mesmo após a emissão da declaração de compatibilidade, um software de tal complexidade tenha conseguido atender em tão curto intervalo temporal a todos os critérios técnicos exigidos para homologação, considerando os

ciclos usuais de desenvolvimento, testes, ajustes e validações. Diante disso, surgem dúvidas legítimas quanto à maturidade, estabilidade e robustez da solução ofertada, o que pode comprometer sua implementação e o fiel cumprimento das obrigações contratuais.

✓ **Insegurança jurídica**: pois configura **vantagem indevida** em relação às demais licitantes que atenderam integralmente às exigências do edital, incluindo a apresentação de solução já homologada ou certificada na data do cadastro inicial da proposta. Tal conduta fere o **Princípio da Isonomia** ao permitir a participação de licitantes com solução de gerenciamento ainda não efetivamente validada, assumindo riscos e eventualmente se beneficiando de uma condição não estendida aos demais.

21. Ademais, uma habilitação sem prova conceito em amostras oficiais, especialmente quando se trata de software, apenas baseada em afirmações documentais unilaterais NÃO comprovam o efetivo atendimento. Como se diz popularmente “o papel aceita tudo”, mas as informações podem não refletir a realidade e a licitação restar comprometida por um vício insanável, com centenas de secretarias de educação prejudicadas por uma solução de gerenciamento ineficaz.

III.B) ANÁLISE PONTO A PONTO:

REQUISITO – Solução de gerenciamento homologada:

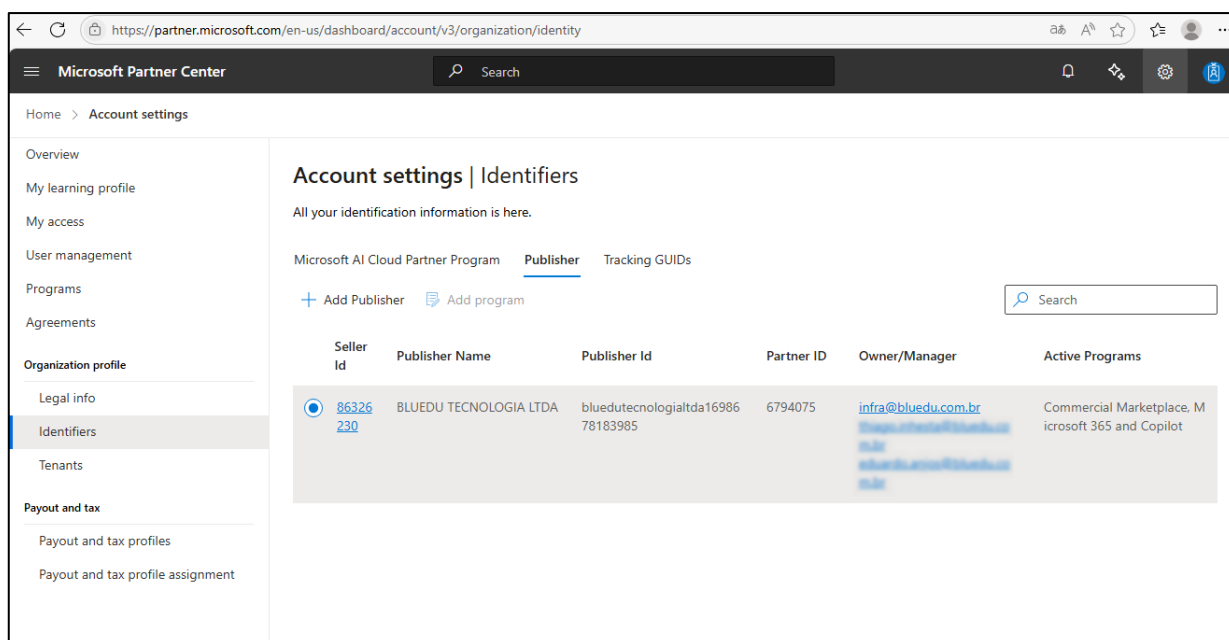
Os dispositivos para uso educacional especificados no APÊNDICE C (notebooks educacionais) devem possuir solução de gerenciamento nativa ou homologada pelo FABRICANTE do respectivo SISTEMA OPERACIONAL que atenda, no mínimo, aos seguintes requisitos:

EVIDÊNCIAS (INCOMPLETAS) DISPONIBILIZADAS PELA LICITANTE GRUPO MULTI:

- ✓ Catálogo da Pulsus;
- ✓ Informações complementares após diligência.

EVIDÊNCIAS DE NÃO ATENDIMENTO:

- ✓ Até 29/julho/2025, não foi evidenciada a busca por “MDM Soluções” ou “PULSUS” como parceira Microsoft;
- ✓ Página de parceiros Microsoft Brasil com pesquisa por “Pulsus”:
<https://appsource.microsoft.com/pt-br/marketplace/partner-dir?filter=sort%3D0%3BpageSize%3D18%3BonlyThisCountry%3Dtrue%3Bcountry%3DBR%3Bradius%3D100%3Blocale%3DBrazil%3Bfreetext%3Dpulsus%3Bsuggestion%3Dtrue%3BlocationNotRequired%3Dtrue> ;
- ✓ Página de parceiros Microsoft Brasil com pesquisa por “MDM Solu”:
<https://appsource.microsoft.com/pt-br/marketplace/partner-dir?filter=sort%3D0%3BpageSize%3D18%3BonlyThisCountry%3Dtrue%3Bcountry%3DBR%3Bradius%3D100%3Blocale%3DBrazil%3Bfreetext%3DMDM%2520Solu%3Bsuggestion%3Dtrue%3BlocationNotRequired%3Dtrue> ;
- ✓ Diferenças em relação a Bluedu como parceira no Brasil:
<https://appsource.microsoft.com/pt-br/marketplace/partner-dir?filter=sort%3D0%3BpageSize%3D18%3BonlyThisCountry%3Dtrue%3Bcountry%3DBR%3Bradius%3D100%3Blocale%3DBrazil%3Bfreetext%3Dbluedu%3Bsuggestion%3Dtrue%3BlocationNotRequired%3Dtrue>



- ✓ No próprio catálogo da PULSUS apresentado, consta sua parceria como Google Partner e ERA Google. Porém nada é mencionado sobre a Microsoft. E o sistema

operacional em questão nos itens 4 e 6 é o Windows e não o Android ou o ChromeOS da Google.

✓ Neste mesmo catálogo, também é indicado o gerenciamento de milhões de dispositivos. No entanto nenhuma comprovação evidencia a quantidade de dispositivos, de projetos em larga escala, ou de atestados de capacidade técnica especificamente para o sistema operacional Windows.

REQUISITO E-1:

E-1	Deve possuir funcionalidade(s) de controle de contas de usuário (gerenciamento de identidade) cobrindo, no mínimo: gestão de usuários e acessos (exemplo: configuração de contas por grupo e por nível de privilégio) e proteção contra acesso não autorizado.
-----	--

EVIDÊNCIAS (INCOMPLETAS) DISPONIBILIZADAS PELA LICITANTE GRUPO MULTI:

Capturas de telas e vídeos apresentados pela PULSUS mostram:

- ✓ Interface Web de criação de usuários administradores para acesso ao Portal de Administração Web;
- ✓ Interface Web de configuração de nível de privilégio para acesso ao Portal de Administração Web;
- ✓ Interface web que apresenta “o usuário logado” no dispositivo.

EVIDÊNCIAS DE NÃO ATENDIMENTO:

I - Sobre a gestão de usuários e acessos: trata-se de uma solução de gerenciamento de dispositivos.

Foi evidenciada a criação de usuários administradores de um Portal Web e a definição do nível de acesso às funcionalidades desse Portal em uma interface Web. Mas não foi evidenciado se esse usuário administrador realmente ao acessar o Portal está com o nível de acesso devidamente refletido.

No entanto, o mais CRÍTICO é que NÃO foi apresentada nenhuma evidência de criação de usuários nos dispositivos.

Os usuários que irão administrar a solução não serão os mesmos que deverão estar habilitados para utilização dos dispositivos em um ambiente escolar (alunos, professores, administrador/suporte).

Afinal, o que se pede é a gestão de usuários e acessos para uma ferramenta de Gestão de Dispositivos.

Deveria ter sido demonstrada minimamente a possibilidade de criar conta de usuário (aluno, professor, suporte) no Portal Web e evidenciar a propagação dessa conta de acesso para os dispositivos gerenciados;

Requisito NÃO ATENDIDO: ausência de comprovação do atendimento de forma CABAL e inequívoca, conforme estabelece a especificação.

II - Sobre a configuração de contas por grupo: dar acesso a conjunto de computadores agrupados no portal de administração não é a mesma coisa que configuração de contas por grupo de acesso em uma solução de gestão de dispositivos. Uma intenção clara de confundir o avaliador.

Foi apresentada apenas a gestão de acesso a um Portal Web, ou seja, a configuração dos acessos dos administradores da solução de gerenciamento.

Os dispositivos em um ambiente escolar serão utilizados por grupos como alunos, professores e administrador/suporte.

Uma solução de gerenciamento de DISPOSITIVOS deve demonstrar minimamente a possibilidade de criar conta de usuário para acesso aos DISPOSITIVOS, criar grupos de acesso aos DISPOSITIVOS, configurar as contas para indicar seu grupo. Adicionalmente, é fundamental evidenciar a propagação dessas configurações para os DISPOSITIVOS gerenciados para garantir que não se trata apenas de cadastros criados em um Portal Web.

Requisito NÃO ATENDIDO: ausência de comprovação do atendimento de forma CABAL e inequívoca, conforme estabelece a especificação.

III - Sobre a configuração de contas por nível de privilégio: não foi apresentada a configuração de conta por nível de privilégio para acesso aos dispositivos. Uma solução de gestão de dispositivos deve realizar essa configuração nos dispositivos que serão utilizados em ambiente escolar.

Parece óbvio, mas ao que tudo indica, está sendo oferecida pela licitante GRUPO MULTI uma solução de gestão de dispositivos que só se preocupa com os acessos em seu Portal Web.

Deveria ter sido demonstrada minimamente a possibilidade de indicar o nível de privilégio administrador das contas de usuário que acessarão os dispositivos e evidenciar a propagação dessa configuração para os dispositivos gerenciados.

Requisito NÃO ATENDIDO: ausência de comprovação do atendimento de forma CABAL e inequívoca, conforme estabelece a especificação.

IV - Sobre a proteção contra acesso não autorizado: novamente, apresentar apenas a proteção contra acesso não autorizado a um Portal Web é atender de forma, no mínimo, INCOMPLETA.

O que uma solução de gerenciamento de DISPOSITIVOS deve fazer é permitir a gestão de usuários e acesso com configuração de grupos e nível de privilégio para garantir a proteção contra acessos não autorizados AOS DISPOSITIVOS. De forma alguma, ficou evidenciada qualquer proteção nesse sentido.

Requisito NÃO ATENDIDO: ausência de comprovação do atendimento de forma CABAL e inequívoca, conforme estabelece a especificação.

REQUISITO E-2:

E-2	Deve possuir funcionalidade(s) de controle, aplicação e gestão de políticas de acesso cobrindo, no mínimo: gestão de políticas de acesso (criar política, habilitar/desabilitar política, parametrizar política), gestão de grupos (criar grupo, atribuir grupo, atribuir políticas) gestão de acesso a aplicativos (atribuir aplicativos a grupos), gestão de acesso a navegação web (no mínimo liberar/bloquear navegação e liberar/bloquear sites), gestão de acesso a interfaces (gestão de portas de entrada/saída).
-----	---

EVIDÊNCIAS (INCOMPLETAS) DISPONIBILIZADAS PELA LICITANTE GRUPO MULTI:

Capturas de telas e vídeo apresentados pela PULSUS mostram:

- ✓ Interface Web de inclusão de grupos de dispositivos;
- ✓ Interface Web de cadastro de aplicativos;
- ✓ Interface Web de aplicativos “instalados” em um grupo de dispositivos;
- ✓ Interface web de cadastro de lista de sites.

EVIDÊNCIAS DE NÃO ATENDIMENTO:

I - Sobre a gestão de políticas de acesso (criar política, habilitar/desabilitar política, parametrizar política): não foi apresentada nenhuma evidência de

criação de contas para acesso AOS DISPOSITIVOS e configuração de políticas (uso do dispositivo, sites, aplicativos) com base nos acessos criados. Apenas foi apresentada a criação de usuários administradores do Portal Web.

Requisito NÃO ATENDIDO: ausência de comprovação do atendimento de forma CABAL e inequívoca, conforme **estabelece** a especificação.

II- Sobre a gestão de grupos (criar, atribuir grupo, atribuir política a grupo): foi apresentada apenas a segmentação dos dispositivos por grupo para facilitar a administração no Portal Web de Administração.

Não tem nenhuma evidência de atribuição de políticas a grupos de acesso aos DISPOSITIVOS.

Um ambiente escolar, em que usuários administrativos, professores e alunos acessam os dispositivos, é preciso que as políticas sejam diferenciadas por grupo de usuários. Afinal, um usuário aluno não pode realizar as mesmas ações nos dispositivos que um usuário administrador do dispositivo.

Deveria ter sido demonstrada minimamente a possibilidade de criar grupos nos dispositivos, atribuir usuários a esses grupos, e atribuir políticas (acesso aos próprios dispositivos, acesso aos aplicativos e acesso a navegação Web) de acordo com esses grupos.

Adicionalmente, é preciso evidenciar a propagação dessas configurações nos dispositivos mostrando que elas realmente estão refletidas neles e não apenas em uma interface Web.

Afinal, é solicitada uma solução de gestão de DISPOSITIVOS e não uma solução de agrupamento de itens em uma interface Web que em nada reflete no ambiente escolar onde os dispositivos são usados.

Requisito NÃO ATENDIDO: ausência de comprovação do atendimento de forma CABAL e inequívoca, conforme estabelece a especificação.

III - Sobre a gestão de acessos a aplicativos (atribuir aplicativos a grupos): foi apresentado o *upload* de aplicativos e a indicação de quais grupos de dispositivos que vão receber esses aplicativos. Tudo em interface Web, sem nenhuma comprovação que esses aplicativos foram baixados (*download*), instalados e estão funcionando nos dispositivos.

No entanto, o mais CRÍTICO é que não foi apresentada nenhuma evidência de gestão de acessos a aplicativos nos dispositivos (exatamente o que pede o requisito).

Um ambiente escolar, em que usuários administrativos/suporte, professores e alunos acessam os dispositivos, é preciso que as políticas ocorram de forma diferenciada por grupo de ACESSO.

Afinal, um usuário aluno não deve poder realizar as mesmas ações nos dispositivos que um usuário administrador/suporte realiza.

Deveria ter sido demonstrada minimamente a possibilidade de habilitar/bloquear acesso aos aplicativos de acordo com os grupos de usuários e, principalmente, a propagação dessas configurações nos dispositivos.

Afinal, é solicitada uma solução de gestão de DISPOSITIVOS e não uma solução que cadastra aplicativos em uma interface Web e que nada reflete no ambiente escolar onde esses aplicativos serão usados.

Requisito NÃO ATENDIDO: ausência de comprovação do atendimento de forma CABAL e inequívoca conforme estabelece a especificação.

IV - Sobre a gestão de acesso a navegação web (no mínimo liberar/bloquear navegação e liberar/bloquear sites): foi apresentado o cadastro de lista de domínios em interface Web por grupo de computadores, mas sem nenhuma comprovação que essa lista refletiu na navegação web dos dispositivos.

Adicionalmente, não foi apresentada nenhuma evidência de liberação e bloqueio da navegação e nenhuma evidência de sites permitidos e sites bloqueados como o requisito pede, em nenhum DISPOSITIVO sequer.

Um ambiente escolar, com alunos de anos iniciais, períodos de provas e outros contextos escolares, é necessário bloquear a navegação por completo definindo apenas sites permitidos (como os de uma prova ou de uma plataforma educacional da rede escolar).

Por outro lado, deve ser possível liberar a navegação e bloquear os sites não autorizados (como jogos, redes sociais, entre outros).

Por isso, o requisito completo menciona liberar/bloquear a navegação **E** liberar/bloquear sites.

Deveria ter sido demonstrada minimamente todas essas possibilidades e a propagação dessas configurações nos DISPOSITIVOS, mostrando que sites bloqueados não podem ser utilizados, por exemplo.

Afinal, é solicitada uma solução de gestão de DISPOSITIVOS e não uma solução que cadastra lista de sites em uma interface Web e que nada reflete no ambiente escolar onde esses sites serão usados.

Requisito NÃO ATENDIDO: ausência de comprovação do atendimento de forma CABAL e inequívoca, conforme estabelece a especificação.

V - Sobre a gestão de acesso a interfaces (gestão de portas de entrada/saída):

foi apresentada a habilitação/desabilitação de portas USB em interface Web, sem nenhuma comprovação que essa configuração refletiu no uso dos DISPOSITIVOS. Adicionalmente, não foi apresentada nenhuma evidência de liberação e bloqueio de portas de entrada e saída do próprio dispositivo, como as portas USB.

A solução da Pulsus deveria ter demonstrada minimamente a habilitação/desabilitação de portas USB dos dispositivos e principalmente, a propagação dessas configurações nos dispositivos.

Ainda se considerar portas TCP/IP de entrada/saída, como de jogos *online* como Steam (portas 27015, 27000-27030) ou WhatsApp (portas 5222, 5223).

Requisito, no mínimo, atendido de forma INCOMPLETA: ausência de comprovação do atendimento de forma CABAL e inequívoca, conforme estabelece a especificação.

REQUISITO E-3:

E-3	Deve possuir funcionalidade(s) de inventário de dispositivos cobrindo, no mínimo: identificação de dispositivos, inventário de softwares/aplicativos instalados e inventário de integridade (ações/erros).
-----	--

EVIDÊNCIAS (INCOMPLETAS) DISPONIBILIZADAS PELA LICITANTE GRUPO MULTI:

Capturas de telas e vídeo apresentados pela PULSUS mostram:

- ✓ Interface Web com a relação de dispositivos;

- ✓ Interface web com o aplicativo WinRAR;
- ✓ Interface Web com inventário de aplicativos instalados;
- ✓ Interface Web com logs de auditoria do Portal Web.

EVIDÊNCIAS DE NÃO ATENDIMENTO:

I - Sobre a identificação do dispositivo: foi apresentada uma interface Web com a lista de dispositivos e uma tela de detalhamento com número de série.

No entanto não foram evidenciadas essas mesmas informações no dispositivo em questão.

Requisito NÃO ATENDIDO: ausência de comprovação do atendimento de forma CABAL e inequívoca, conforme estabelece a especificação.

II - Sobre o inventário de software/aplicativos instalados: foi apresentada uma interface Web com os aplicativos instalados em um dado dispositivo.

No entanto não foi evidenciado que essa mesma lista de aplicativos se encontra no referido dispositivo.

Requisito NÃO ATENDIDO: ausência de comprovação do atendimento de forma CABAL e inequívoca, conforme estabelece a especificação.

III - Sobre o inventário de integridade (ações/erros): foi apresentado uma interface Web com o *log* de ações no Portal Web.

Nenhuma evidência relacionada a integridade dos DISPOSITIVOS foi apresentada. Uma solução de gestão de DISPOSITIVOS envolve o inventário de todos os componentes de hardware, a indicação da integridade desses componentes com os possíveis erros/problemas e as ações necessárias para sua correção.

Deveria ter sido demonstrada minimamente o inventário dos componentes de hardware, seus erros/problemas de integridade, e ações necessárias, e, principalmente, deveria ter sido evidenciado no dispositivo os mesmos componentes de hardware, mesmos erros e ações.

Requisito NÃO ATENDIDO: ausência de comprovação do atendimento de forma CABAL e inequívoca, conforme estabelece a especificação.

REQUISITO E-4:

E-4	Deve possuir funcionalidade(s) de gerenciamento remoto de dispositivos, cobrindo, no mínimo: registro e configuração de dispositivos, distribuição de aplicativos e configurações, assistência remota e comandos remotos (exemplo: localizar e desativar dispositivos).
------------	---

EVIDÊNCIAS (INCOMPLETAS) DISPONIBILIZADAS PELA LICITANTE GRUPO MULTI:

Capturas de telas e vídeos apresentados pela PULSUS mostram:

- ✓ Interface Web com a relação de dispositivos;
- ✓ Interface Web com as configurações possíveis por grupo de dispositivos;
- ✓ Interface Web com aplicativos cadastrados e instalados por grupo de dispositivos;
- ✓ Interface Web de controle remoto;
- ✓ Interface Web com uma busca de dispositivos e a geolocalização de um dispositivo;
- ✓ Interface Web de acesso remoto em um dispositivo.

EVIDÊNCIAS DE NÃO ATENDIMENTO:

I - Registro e configuração de dispositivos: foi apresentada uma interface Web com a lista de dispositivos e uma tela de detalhamento com número de série e outros dados, mas sem evidenciar essas mesmas informações no dispositivo em questão. Adicionalmente, não foi apresentada a configuração dos componentes de hardware deste dispositivo (processador, memória, armazenamento, placa de vídeo etc.) e evidenciada essa mesma configuração no dispositivo.

Requisito NÃO ATENDIDO: ausência de comprovação do atendimento de forma CABAL e inequívoca, conforme estabelece a especificação.

II - Distribuição de aplicativos e configurações: foi apresentada uma interface Web com uma lista de aplicativos cadastrados e uma lista de aplicativos supostamente instalados.

No entanto não foi evidenciada a distribuição e a instalação dos aplicativos provisionados em um único dispositivo se quer.

Também não foi evidenciada a distribuição de configurações (como papel de parede, criação de rede sem fio, habilitar / desabilitar proxy) para os dispositivos.

Requisito NÃO ATENDIDO: ausência de comprovação do atendimento de forma CABAL e inequívoca, conforme estabelece a especificação.

III - Assistência remota e comandos remotos (localizar e desativar): foi apresentado o controle remoto do dispositivo em interface Web, mas sem comprovação que as ações demonstradas estavam sendo refletidas no dispositivo controlado.

Também foi apresentada uma interface web com ícones de reinício, desligamento, bloqueio e “reset” de fábrica, mas sem evidenciar que estes comandos são refletidos nos dispositivos e sem deixar claro o que faz o “reset” de fábrica. Adicionalmente, não foi evidenciado que o usuário pode realizar qualquer comando remoto que ele queira em um dispositivo, se fosse desejado apenas reinício e desligamento estaria escrito no requisito “reinício” e “desligamento”, mas não de forma abrangente “comandos remotos”.

Por fim, foi apresentada uma interface Web de geolocalização do dispositivo, mas não foi feito acesso remoto neste dispositivo para comprovar por seu próprio navegador que essa era a sua geolocalização.

Sendo que na captura de tela do documento é mostrada a geolocalização de um dispositivo Windows, mas no vídeo a de um dispositivo celular.

Não é possível ter certeza que a interface Web reflete um dado real de um dispositivo Windows.

Requisito NÃO ATENDIDO: ausência de comprovação do atendimento de forma CABAL e inequívoca, conforme estabelece a especificação.

REQUISITO E-5:

E-5	Deve possuir funcionalidade(s) de desativação de dispositivos cobrindo, no mínimo: redefinir dispositivo, remover dispositivo do gerenciamento e apagar dados do dispositivo (retornar ao estado original).
-----	---

EVIDÊNCIAS (INCOMPLETAS) DISPONIBILIZADAS PELA LICITANTE GRUPO MULTI:

Capturas de telas e vídeo apresentados pela PULSUS mostram:

- ✓ Interface Web da relação de dispositivos com ícone para remover dispositivo do gerenciamento;
- ✓ Interface Web com ícone para apagar dados / *wipe* remoto.

EVIDÊNCIAS DE NÃO ATENDIMENTO:

I - Sobre redefinir dispositivo e apagar dados do dispositivo (retornar ao estado original): foi apresentada uma interface Web de um dispositivo selecionado e com um ícone para apagar dados do dispositivo/*wipe* remoto.

No entanto este comando não foi executado, e não foi evidenciada no dispositivo a execução desta ação.

Adicionalmente, retornar ao estado original de fábrica não é o mesmo que apagar dados (*wipe*), este é um processo conhecido como “*recovery*”, em que o dispositivo retorna com o sistema operacional, aplicativos instalados e configurações como se tivesse vindo de fábrica novamente.

Esse requisito não foi evidenciado em interface web, tampouco sua propagação para o dispositivo.

Requisito NÃO ATENDIDO: ausência de comprovação do atendimento de forma CABAL e inequívoca, conforme estabelece a especificação.

II - Sobre remover dispositivo do gerenciamento: foi apresentada uma interface Web com o recurso de remoção.

Porém esse recurso não foi acionado para evidenciar seu funcionamento.

Requisito NÃO ATENDIDO: ausência de comprovação do atendimento de forma CABAL e inequívoca, conforme estabelece a especificação.

REQUISITO E-6:

E-6	Deve possuir hub (centro/loja) de disponibilização/distribuição de aplicativos homologados/autorizados, com funcionalidade(s) de gerenciamento dos aplicativos disponibilizados.
-----	--

EVIDÊNCIAS (INCOMPLETAS) DISPONIBILIZADAS PELA LICITANTE GRUPO MULTI:

Capturas de telas e vídeo apresentados pela PULSUS mostram:

- ✓ Interface Web com cadastro de aplicativos;
- ✓ Interface Web com acompanhamento de aplicativos instalados.

EVIDÊNCIAS DE NÃO ATENDIMENTO:

I - Sobre o *hub* (centro/loja) de disponibilização/distribuição de aplicativos homologados /autorizados: foi apresentada em uma interface Web o cadastro de aplicativos e o acompanhamento dos aplicativos instalados.

No entanto não foi evidenciado a possibilidade de montar uma loja/hub de aplicativos homologados, de forma que apenas esses aplicativos possam ser distribuídos.

Se a mesma pessoa que cadastra o aplicativo, pode distribuir, então não é uma loja/hub de aplicativos homologados.

Adicionalmente, em nenhum momento foi evidenciado que o aplicativo distribuído realmente foi instalado no dispositivo.

Uma interface Web de relatório não é evidência de que o aplicativo está instalado e funcionando no dispositivo.

Requisito NÃO ATENDIDO: ausência de comprovação do atendimento de forma CABAL e inequívoca, conforme estabelece a especificação.

II - Sobre o gerenciamento dos aplicativos disponibilizados: não foram evidenciados recursos de gerenciamento dos aplicativos, como a alteração do comando de execução e o cancelamento da instalação, a configuração dos grupos de usuários e contas de acesso que podem utilizar esse aplicativo que foi instalado, a gestão das versões que podem ser utilizadas, entre outros recursos básicos de gestão de aplicativos.

Requisito NÃO ATENDIDO: ausência de comprovação do atendimento de forma CABAL e inequívoca, conforme estabelece a especificação.

REQUISITO E-8:

E-8	No que se refere à segurança digital, considerando o disposto na Resolução CE-ENEC n° 3, de 11 de julho de 2024, frisamos que a solução de gerenciamento dos dispositivos educacionais deve cumprir a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei n° 13.709/2018), que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais e fornecer (i) aplicação de filtros de conteúdo para controle ou bloqueio de acesso a determinados sites e aplicativos; (ii) acesso com login e senha para identificação do usuário; e (iii) capacidade de gerenciamento remoto e monitoramento e/ou análise de conteúdo acessado para fins de segurança.
------------	--

EVIDÊNCIAS (INCOMPLETAS) DISPONIBILIZADAS PELA LICITANTE GRUPO MULTI:

Capturas de telas e vídeo apresentados pela PULSUS mostram:

- ✓ Interface Web com cadastro de lista de sites restritos;
- ✓ Interface Web com login e senha para acesso ao Portal Web.

EVIDÊNCIAS DE NÃO ATENDIMENTO:

I - Sobre a aplicação de filtros de conteúdo para controle ou bloqueio de acesso a determinados sites e aplicativos: foi apresentada em uma interface Web o cadastro de uma lista de sites restritos.

No entanto não foi evidenciado que esses bloqueios foram refletidos nos dispositivos que serão usados pelos alunos.

Adicionalmente, nenhuma restrição de uso de aplicativos foi mencionada (como o requisito pede claramente).

Requisito NÃO ATENDIDO: ausência de comprovação do atendimento de forma CABAL e inequívoca conforme estabelece a especificação.

II - Sobre o acesso com login e senha para identificação do usuário: Foi apresentada uma interface Web de login no Portal Administrativo.

No entanto não foi evidenciado recurso de gestão de usuários e grupos dos dispositivos utilizados no ambiente escolar.

Algo básico para uma solução de gestão de dispositivos.

Requisito NÃO ATENDIDO: ausência de comprovação do atendimento de forma CABAL e inequívoca, conforme estabelece a especificação.

III - Sobre a capacidade de gerenciamento remoto e monitoramento e/ou análise de conteúdo acessado para fins de segurança: foi apresentada uma interface Web simulando um acesso remoto, mas sem evidenciar que as ações refletiam no próprio dispositivo controlado.

Adicionalmente, em nenhum momento foi evidenciado o monitoramento do conteúdo acessado (sites acessados e aplicativos utilizados) no dispositivo.

A única auditoria apresentada é a do Portal Administrativo.

No entanto uma solução de gerenciamento de DISPOSITIVOS, especialmente em ambiente escolar, precisa garantir auditoria de acesso, auditoria de sites e aplicativos acessados NOS DISPOSITIVOS.

Requisito NÃO ATENDIDO: ausência de comprovação do atendimento de forma CABAL e inequívoca, conforme estabelece a especificação.

22. É nítido que as funcionalidades indicadas pela solução PULSUS (sem qualquer evidência de aplicação das ações NOS DISPOSITIVOS), não contemplam estas possibilidades, em especial: a aplicação de bloqueios no uso de aplicativos, o monitoramento no uso dos aplicativos e sites pelos dispositivos em um ambiente escolar e a proteção/gestão de acessos aos dispositivos. O que torna mais evidente que **NÃO FORAM ATENDIDOS PELA SOLUÇÃO PULSUS OS REQUISITOS MÍNIMOS SOLICITADOS na licitação.**

23. Sendo assim, é fato incontestável que as evidências tais como apresentadas pela licitante GRUPO MULTI não foram suficientes para a CABAL comprovação exigida em edital, o que, com todo respeito, já seria motivo mais do que suficiente para ensejar sumária desclassificação da proposta da licitante GRUPO MULTI nos itens 4 e 6 do certame, **conforme determina o subitem 7.6 c/c 7.6.2 do edital,** posto não se tratar de um erro meramente formal, mas sim das ausências das comprovações/informações essenciais mínimas que deveriam constar originariamente na proposta.


IV – DOS 03 CASOS PARADIGMAS/SIMILARES RECENTES QUE ENSEJAM JUSTO E FUNDADO RECEIO DE QUE, NA PRÁTICA, OS EQUIPAMENTOS OFERTADOS PELA LICITANTE NÃO RETRATEM AS PROPOSTAS/CATÁLOGOS/ESPECIFICAÇÕES DOCUMENTAIS, SENDO FUNDAMENTAL A SOLICITAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE AMOSTRAS NESTA FASE DA LICITAÇÃO PARA AFERIR 100% (CEM POR CENTO) DA ADERÊNCIA TÉCNICA:

24. Digno de nota que este mesmo tipo de situação de insegurança técnica já foi observado em outro recente processo licitatório de notebooks, destinado à SEED/PR — Secretaria da Educação do Paraná (Pregão nº 1031/2023 - Lote 4), no qual **somente após a aferição da amostra foi possível constatar que o notebook ofertado pela licitante GRUPO MULTI nunca atendeu às especificações estabelecidas em edital, muito menos cumpria as**

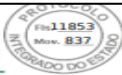
funcionalidades que em sua proposta escrita/catálogos inveridicamente afirmava atender.

25. Melhor dizendo, na proposta escrita e nos catálogos apresentados pela licitante GRUPO MULTI “realmente parecia” que o equipamento ofertado era excelente e atendia 100% (cem por cento) das especificações técnicas exigidas. Mas sem se esquecer daquele dito popular que “o *papel aceita tudo*”, e para realmente validar o que estava pretendendo adquirir, de forma coerente e responsável frente aos elevados investimentos que representavam tais aquisições aos cofres públicos, a SEED/PR submeteu este equipamento, assim como os de todas as demais licitantes que estavam classificadas em 1º lugar nos diferentes itens/lotos, a um processo usual e corriqueiro de homologação/amostra/POC (independentemente da nomenclatura técnica utilizada), de forma que seus próprios técnicos especializados pudessem conferir, *in loco* e na presença de todos os licitantes, manuseando os equipamentos, ligando, desligando, abrindo os equipamentos, conferindo os componentes internos e realizando os testes necessários para aferição das funcionalidades, performance e desempenho, para se assegurar que realmente todos os quesitos técnicos exigidos estavam sendo satisfatoriamente atendidos.

26. Pela relevância do tema pede-se licença, com a vênua devida, para compartilhar a decisão deste mencionado processo licitatório, pois o equipamento ofertado pela licitante GRUPO MULTI não atendeu a diversos requisitos técnicos, **claramente contrariando o que constava em sua proposta técnica escrita e demais elementos meramente documentais que tinham sido apresentado por ela até então**, vejamos alguns trechos mais relevantes que seguem nas imagens a seguir, mas que poderão ser analisados na íntegra no DOC. Nº 03 anexo:



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



PARECER TÉCNICO

PARECER Nº 1699711 / v01 – DTO / GTI / COPIS

ASSUNTO: Elaboração de Parecer Técnico, com referência à análise do processo de aquisição de notebooks em regime de registro de preços (PE-1031/2023 Lote 4) – protocolo 20.163.309-5 / SEED – Secretaria da Educação

SOLICITANTE: Jair Fernandes

RELATOR: Alexandre de Souza Falcão

RESPONSÁVEL: José Luís Vieira Carvilhe

INTERESSADO: SEED – Secretaria da Educação

1 CONTEXTUALIZAÇÃO

1.1 A SEED enviou à GTI o processo protocolado sob o Nº 20.163.309-5, para análise e emissão de parecer relativo ao processo de aquisição de notebooks em regime de registro de preços (PE-1031/2023 Lote 4).

1.2 A proponente Grupo Multi arrematou o Lote 4 (notebook Windows).

1.3 A proposta encontra-se às páginas 10983 a 11056 do processo.

1.4 Amostras foram recebidas pela SEED, abertas, conferidas e depois enviadas à Celepar.

2 ANÁLISE

2.1 Da Proposta:


2.1.1 A proposta foi analisada e foi observado que proponente ofertou o notebook ULTRA LIMITLESS UL Séries – Modelo: UL214, cujo prospecto com as especificações encontram-se às páginas 11001 a 11003 do processo.

2.1.2 Foi observado que diversas descrições do prospecto não correspondiam às características da amostra fornecida.


2.1.3 Das portas de conexão à fonte e outros componentes externos:

Rua Mateus Leme, 1561 | 80530-010 | Curitiba | Paraná | Brasil | (41) 3200-5000 | Fax (41) 3200-6600 | 1 / 18
Cx. Postal 15.061 | www.celepar.pr.gov.br

Qualificada realizada por: Alexandre de Souza Falcão em 09/07/2025 11:31. Inserido ao protocolo 20.163.309-5 por: Alexandre de Souza Falcão em: 15 11:31. Demais assinaturas na folha 11882a. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento com o código: 3a0c2b46b3517d91d9fe80cb17b41416.



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO






Equipamento Proposto	Amostra entregue
1 x USB 3.2 Tipo C (Power Charger) 1 x USB 3.2 Tipo C (Power Delivery) 2 x USB 3.2 Tipo A 1 x HDMI 1x RJ-45 1 x Saída áudio Combo de 3,5 mm 1 x microSD card reader	1 x Porta de Alimentação Convencional 1 x USB Tipo C 2 x USB Tipo A (azuis) 1 x USB Tipo A (preta) 1 x HDMI 1x RJ-45 1 x Saída áudio de 3,5 mm 1 x microSD card reader

27. A SEED/PR, com o apoio técnico da COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO PARANÁ – CELEPAR, analisaram ponto a ponto a “proposta escrita x equipamento de amostra” e **constataram diversas inconsistências entre o “documental x efetivamente entregue”**, e mesmo tendo oportunizado à licitante GRUPO MULTI responder acerca de tais impropriedades em sede de diligências, de fato não tinha muito

o que explicar – pois o que afirma no papel não cumpre na prática – e a conclusão pela desclassificação da amostra/proposta foi inevitável, vejamos:

2.5 Resumos dos Itens não atendidos:
2.5.1 Não comprovou gravação do número do patrimônio na BIOS;
2.5.2 A documentação da proposta não corresponde a amostra disponibilizada pela licitante;
2.5.3 Não comprovou a funcionalidade de redução de ruídos, para melhorar a qualidade de áudio em videoconferências;
2.5.4 A implementação da funcionalidade TPM não é por chip dedicado


relacionado no site do TCG;
2.5.5 A memória RAM da amostra não é do fabricante Grupo Multi;
2.5.6 A bateria ofertada é diferente da bateria da amostra;
2.5.7 A fonte ofertada é diferente da fonte da amostra;
2.5.8 Não implementa gravação da chave de licença do Windows 11 na BIOS;
2.5.9 Não foi possível abrir um ticket no site do fabricante com informações da amostra disponibilizada;
2.5.10 Não foi possível obter os manuais e os drivers do equipamento, durante a sessão pública.

3 CONCLUSÃO
3.1 Concluída a análise da proposta, da amostra e do sistema de atendimento, entendemos que o equipamento proposto, seus acessórios e o serviço de acolhimento de chamados não atenderam os requisitos do edital.

4 ANEXOS
4.1 Anexo I – Ata de Participantes da Sessão Pública
4.2 Anexo II – Relação de chips TPM certificados
4.3 Anexo III – e-mail de Abertura de Chamados

É o parecer.
Curitiba, 9 de julho de 2025.




Marco Aurélio Bonato
Diretor – DTO
Dario Kuceki Knopfholz
Gerente – GTI – Em Exercício
José Luís Vieira Carville
Coordenador – COPIS

Alexandre de Souza Falcão
Relator – COPIS

28. Indo além, a POSITIVO gostaria de chamar atenção de V.Sas. não para a desclassificação propriamente dita da proposta da licitante GRUPO MULTI neste caso – que pode acometer a qualquer fabricante – mas o principal aqui é constatar o “*modus operandi*” da licitante GRUPO MULTI, pois reiteradamente em diferentes itens/licitações/tipos de equipamentos tem apresentado suas propostas técnicas escritas/documentação que apenas “parecem 100% (cem por cento) aderentes ao exigido”, mas que claramente não se sustentam

quando realizadas aferições nos respectivos equipamentos de amostras, quando diversas inconsistências são identificadas e revelam que, de fato, a proposta técnica nunca atendeu ao minimamente esperado.

29. E não foi somente no lote 4 da citada licitação que este “*modus operandi*” da licitante GRUPO MULTI foi identificado – onde promete documentalmente, porém o produto ofertado não atinge minimamente o alegado – mas também no lote 3, referente à Chromebook (tal qual na presente licitação), de interesse da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência do Estado do Paraná – SEAP/PR, que foi categórica em desclassificá-la após analisar a amostra ofertada sob 03 (três) relevantes argumentos, inclusive ratificados na íntegra após fase recursal, como pode ser visto em detalhes no DOC. Nº 04 anexo, com destaques para os seguintes pontos, aplicáveis ao contexto atual, vejamos:

		
PARECER TÉCNICO		
PARECER Nº 1688137 / v01 – DTO / GTI / COPIS		
ASSUNTO: Elaboração de Parecer Técnico, com referência à análise do processo de aquisição de chromebooks em regime de registro de preços (PE-1031/2023 Lote 3) – protocolo 20.163.309-5 / SEAP – Secretaria de Estado da Administração e da Previdência		
SOLICITANTE:	Josias Pereira da Cruz	
RELATOR:	Alexandre de Souza Falcão	
RESPONSÁVEL:	José Luís Vieira Carvilhe	
INTERESSADO:	SEAP – Secretaria de Estado da Administração e da Previdência	
1 CONTEXTUALIZAÇÃO		
1.1 A Secretaria de Estado da Administração e da Previdência solicitou à Celepar a análise técnica do processo de aquisição de chromebook em regime de registro de preços (PE-1031/2023) para o lote 03. A empresa Multi S.A. apresentou proposta para os lotes 03 (Chromebook) e 05 (Monitor), e amostras dos equipamentos foram submetidas à avaliação técnica. A Celepar emitiu parecer técnico Nº 1669204 / v01 – DTO / GTI / COPIS reprovando a amostra da Multi para o lote 03, o que gerou recurso administrativo por parte desta empresa e contrarrazões por parte da empresa Positivo Tecnologia S.A.		

(i) pontuação do processador abaixo do exigido no item 11.6.6 do Termo de Referência do edital, que estabelecia uma pontuação mínima de 1850 pontos:

4 DA ANÁLISE

4.1 Pontuação do Processador:

- 4.1.1 A Celepar conduziu testes de desempenho do processador utilizando o software Performance Test, conforme previsto no edital.
- 4.1.2 A amostra da Recorrente não atendeu à pontuação mínima de 1.850 pontos no teste CPU Mark, conforme exigido pelo item 11.6.6 do edital.
- 4.1.3 Conforme destacado a seguir nos trechos do parecer técnico é possível observar o relato da realização dos testes, incluindo a demonstração da boa vontade da equipe técnica em conceder a Recorrente a possibilidade de

Rua Mateus Leme, 1561 | 80530-010 | Curitiba | Paraná | Brasil | (41) 3200-5000 | Fax (41) 3200-6600 2 / 4
Cx. Postal 15.061 | www.celepar.pr.gov.br

er Técnico 086/2025. Assinatura Qualificada realizada por: **Alexandre de Souza Falcão** em 21/05/2025 17:41. Inserido ao documento **1.546.743** por: **Alexandre de Falcão** em: 21/05/2025 17:40. Demais assinaturas na última folha. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: [/www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento](http://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento) com o código: **d4980158db4f4d4de0d26f430c1b2005**.

o ao protocolo 20.163.309-5 por: **Josias Pereira da Cruz** em: 26/05/2025 13:15. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: [/www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento](http://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento) com o código: **69d1f35dc18d11754bd62373fc058334**.



realizar na parte da tarde os cinco testes completos previstos no edital. Neste contexto, foram descartados o primeiro teste que travou e outros cinco testes incompletos realizados na parte da manhã. Também estão detalhados abaixo os requisitos que determinam a forma de realização dos testes de desempenho e o limite de execuções dos mesmos.

- 2.2.4.2 Iniciaram-se os testes de performance no processador. O primeiro teste completo foi realizado na parte da manhã notamos que o equipamento travou ao iniciar a avaliação da parte gráfica.
- 2.2.4.3 Como cada teste completo demora aproximadamente 9 minutos, optamos por executar o teste apenas do processador nos testes subsequentes. Porém nenhum deles atingiu a pontuação mínima aceitável (prevista no edital).
- 2.2.4.4 Registre-se que entre os testes, algumas vezes foi executado o reset de fábrica (power wash) e reinstalado o software Passmark Performance Test.
- 2.2.4.5 Registre-se também que o equipamento foi testado com diversas configurações:
- a) Com o carregador ligado ao equipamento,
 - b) Com o equipamento desligado do carregador,
 - c) Com o equipamento conectado ao WiFi da Celepar,
 - d) Com o equipamento conectado ao WiFi 5G roteado pelo celular do analista da Multilaser, e
 - e) Com o equipamento desconectado do WiFi.
- 2.2.4.6 Ao final da manhã, avaliando que os testes não foram feitos completamente como previsto no edital, foi marcado para serem realizados novamente na parte da tarde, das 14h00 à 15h00.
- 2.2.4.7 Durante o horário de almoço a equipe da Multilaser permaneceu nas dependências da Celaper entre 12h20 e 14h00, para fazer novos testes para

apresentar na parte da tarde.

- 2.2.4.8 A continuação da sessão iniciou às 14h00 e às 15h00 estava sendo executado o quinto teste. Porém aguardamos o término do teste às 15h02 para obtermos o resultado final. Foram aferidas as seguintes pontuações:

- a) 1º Teste = 1245 pontos,
- b) 2º Teste = 1729 pontos,
- c) 3º Teste = 1740 pontos,
- d) 4º Teste = 1182 pontos,
- e) 5º Teste = 1554 pontos.




11.6.5 Deverá ser executado o teste completo do equipamento;

11.6.6 Deverá ser aferido o desempenho do processador, o qual deverá ser **1.850 pontos** (CPU Mark), ou valor superior;

11.6.6.1 Deverá ser atingido o desempenho ao menos uma vez, em até 5 execuções do teste completo.

- 4.1.4 As diversas tentativas de teste, tanto parciais quanto completos, sem sucesso, evidenciam a boa vontade da equipe técnica em apoiar a recorrente na demonstração da conformidade do equipamento.
- 4.1.5 O equipamento da Recorrente não atendeu ao solicitado no edital neste ponto.

(ii) **etiqueta da fonte de alimentação não atendeu aos requisitos de qualidade de forma detalhada conforme do exigido no item 11.7 do Termo de Referência do edital:**

4.2 Etiqueta da Fonte:
Rua Mateus Leme, 1561 80530-010 Curitiba Paraná Brasil (41) 3200-5000 Fax (41) 3200-6600 3 / 4 Cx. Postal 15.061 www.celepar.pr.gov.br
ar Técnico 086/2025. Assinatura Qualificada realizada por: Alexandre de Souza Falcao em 21/05/2025 17:41. Inserido ao documento 1.546.743 por: Alexandre de Falcao em: 21/05/2025 17:40. Demais assinaturas na última folha. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: //www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento com o código: d4980158db4f4d4de0d26f430c1b2005 .
do ao protocolo 20.163.309-5 por: Josias Pereira da Cruz em: 26/05/2025 13:15. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: //www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento com o código: 69d1f35dc18d11754bd62373fc058334 .
<div></div> <p>4.2.1 A Celepar constatou que a etiqueta da fonte apresentava problemas de qualidade, com a tinta se desprendendo facilmente, tornando as informações ilegíveis. Deve-se considerar que elas devem estar legíveis durante a vida útil dos equipamentos (sessenta meses ou período superior).</p> <p>4.2.2 A etiqueta colada na fonte era maior que a área destinada a ela.</p> <p>4.2.3 O edital prevê requisitos de qualidade de forma detalhada, desta forma, a fonte da amostra da Recorrente não atendeu ao solicitado no edital neste ponto, conforme exigido pelo item 11.7 do edital.</p>

(iii) **inconformidade da bateria com relevante certificação exigida em edital:**

4.3 Inconformidade da Bateria:
<p>4.3.1 A Celepar realizou uma análise da bateria por meio de linha de comando ("battery_firmware info") para verificar sua certificação ABNT.</p> <p>4.3.2 A bateria fornecida com o equipamento da Recorrente não consta da relação das baterias homologadas declaradas no certificado acreditado pela ABNT, que foi anexado à proposta.</p> <p>4.3.3 A bateria da amostra da Recorrente não atendeu ao solicitado no edital neste ponto.</p>

30. Ou seja, se a proposta/documentação técnica apresentadas pela licitante GRUPO MULTI "pareciam atender integralmente", novamente não se sustentaram ao serem confrontados com a análise física da amostra, revelando-se no mínimo 03 (três) sérias divergências técnicas que justificaram a sua sumária desclassificação:

5 CONCLUSÃO

5.1 Em análise técnica, reafirmam-se as conclusões do parecer técnico da Celepar, demonstrando que a amostra da Recorrente não atendeu aos requisitos técnicos do edital nos pontos contestados.

É o parecer.

Curitiba, 21 de maio de 2025.

31. Agora imagine se o edital do Pregão nº 1031/2023 - Lote 4 para a SEED/PR e Lote 3 para a SEAP/PR, não previsse fase de amostra ainda durante o andamento da licitação, o que poderia ter acontecido?

32. Caso estas secretarias tivessem acreditado cegamente no que constavam nas propostas documentais – que os produtos atendiam plenamente os requisitos do edital – acabariam por adjudicarem e contratarem com a licitante GRUPO MULTI estes 2 modelos de produtos, que, na verdade, estão aquém do mínimo exigido, ou seja, que não atenderiam as suas necessidades, mas só iriam descobrir isso muito lá adiante, somente quando fossem testar os equipamentos em sede de recebimento definitivo dos produtos. Então resta claríssima a importância da fase de amostra ainda durante o transcurso da licitação, facultada a qualquer momento, prevista no Termo de Referência, no edital, nas leis aplicáveis, representando uma salutar prática preventiva a ser adotada, ainda mais se tratando de aquisições de milhões de reais.

33. Ainda, não menos relevante, cumpre mencionar outro edital nº 103/2024, este para aquisição de câmeras de segurança IP para reconhecimento facial, que foi conduzido diretamente pela CELEPAR, no qual o GRUPO MULTI teve uma primeira e precoce desclassificação indevida de sua proposta, que foi revertida em fase recursal, mas depois, quando da avaliação da amostra de forma completa e embasada, teve sua amostra recusada pois novamente não conseguiu sustentar/comprovar na prática o que constava em sua proposta documental, pois o cartão de memória (SD) não comprovou o atendimento ao requisito de armazenamento criptografado, que é essencial em termos de segurança e da estrita observância aos requisitos da LGPD, até porque estas câmeras serão instaladas nas salas de aula das escolas do Estado do Paraná. Os detalhamentos da ata de julgamento podem ser consultados na íntegra no DOC. Nº 05 anexo, sendo os mais relevantes a seguir transcritos a partir da peça recursal da POSITIVO frente ao tema, vejamos:



III A – DA AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA AMOSTRA QUANTO AO ARMAZENAMENTO CRIPTOGRAFADO DO CARTÃO DE MEMÓRIA:

9. De acordo com o Termo de Referência do Edital, as câmeras do Lote 01 devem necessariamente ser acompanhadas de um cartão de memória com armazenamento criptografado:

6.1.24 Deve possuir slot para cartão de memória, acompanhado de um cartão de memória de 128GB com velocidade de gravação compatível com a câmera e com armazenamento criptografado.

10. Conforme consta da “ATA DE JULGAMENTO” do Recurso interposto pela licitante Grupo Multi, quando da reanálise da proposta da RECORRIDA pela equipe técnica, este ponto foi “comprovado” apenas documental, vejamos:

A reanálise considerou a errata publicada (fls 339 mov. 43 e-protocolo 23.070.017-6) e que não foi considerada na análise anterior e a equipe técnica fez a análise e não encontrou divergências conforme planilha a seguir:

EDITAL: LOTE 1 - ITEM 01 - CÂMERA IP 6MP	Multi - M5 ID840 IKZ AI / Longse LVDBH5XKL800 (fls. 738 a fls. 757, mov 181)	ATENDIMENTO
	https://governo- arquivos.grupomulti.com.br/ products/celepar-pr-pe-n-103-2024- 57/files/249-datasheet-multi.pdf https://www.longse.com/Products/ NetworkProducts/ NetworkCameras/Value/8MP/ 2023/0329/8341.html	
Fonte documental		Sim
Fonte da diligência documental		

11. Contudo, esta funcionalidade não pode ser verificada/comprovada apenas através de uma informação documental do datasheet de que o produto é capaz de criptografar o armazenamento no cartão de memória, são necessários testes concretos/efetivos/inquestionáveis, principalmente pela relevância e pelos impactos adversos que a não execução de tal funcionalidade poderá acarretar no uso prático e concreto a que se destinam esses equipamentos dentro das salas de aulas.

34. Neste caso, em sua oportunidade de contrarrazão, **a resposta da licitante GRUPO MULTI procura novamente emplacar o entendimento de que apenas a avaliação de sua documentação técnica já seria suficiente (tal qual no presente caso), certamente porque no seu íntimo reconhece suas deficiências.** Mas na análise da coordenadora da disputa, já em seu preâmbulo tem-se destacada a importância da amostra ser avaliada, nos seguintes termos:

3. DA ANÁLISE DA COORDENADORA DA DISPUTA

Cabe mencionar que o Edital elencou as especificações técnicas para o lote 01, no Anexo – Termo de Referência item 6, e conforme informado no item 17.2 do Anexo – Termo de Referência: “A exigência da amostra poderá garantir que o produto a ser adquirido atenda às especificações técnicas, (...)”.

Desta forma, segue claro no Edital como será avaliada a amostra, reforçando que o Edital não previu prova de conceito com metodologia de avaliação.

35. Todas estas informações mostram-se pertinentes para que também o FNDE reconheça a essencialidade das aferições dos equipamentos de amostras de todas as licitantes classificadas em 1º (primeiro) lugar nos diferentes itens/lotos, na mesma linha de entendimento citada no referido processo da CELEPAR que assim se posiciona formalmente:

“Após a apresentação do recurso da empresa Positivo, verificamos que o software da câmera não apresentava, em nenhuma das suas telas de configuração, referência ou opção de configuração de criptografia de arquivos armazenados no cartão de memória, embora fizesse referência a criptografia na documentação enviada no processo 23.070.017-6 na folha 732 - movimento 179. Pois não foi possível observar ou reproduzir evidências da operação de criptografia no software da câmera para que pudéssemos ter a evidência de que faria segundo a documentação da fabricante. Visto esta situação, solicitamos diligência à empresa Multi, referente a amostra da câmera M5 ID840 IKZ AI do mesmo firmware, segundo ilustração, para que apresente documentalmente as instruções de operação de criptografia afim desta comissão possa reproduzir e consiga obter evidências que comprovem o atendimento do requisito 6.1.24 do Termo de Referência do Edital de Licitação Eletrônica nº 113/2024.

36. Portanto, em conclusão final, a CELEPAR claramente indicou o não atendimento ao requisito técnico de criptografia do cartão SD e ainda fundamentou acertadamente em relação ao não atendimento do requisito LGPD, vejamos:

(...)

Análise do Atendimento ao Requisito 6.1.24

Metodologia e Resultados:

Para avaliar o atendimento a esse requisito, inicialmente considerou-se que ele havia sido cumprido, pois a documentação fornecida pela empresa indicava que os arquivos gravados no cartão de memória eram armazenados de forma criptografada. No entanto, após a apresentação de um recurso, previsto em regulamento, de uma das empresas concorrentes, que questionou a efetiva existência da criptografia, a Celepar realizou uma segunda análise, para checar os pontos apresentados pela contestante. Pedimos diligência a Multi para compreender como executar a criptografia e, durante a avaliação da amostra entregue, o cartão de memória foi removido da câmera e os arquivos encontrados, com extensão .MP4, foram analisados. Tentou-se reproduzi-los utilizando o reprodutor de vídeo VLC, sem sucesso – o que indicaria a presença da criptografia. Contudo, ao utilizar o software próprio da câmera, foi possível reproduzir os vídeos. Com relação a resposta da diligência foi informado que “Os arquivos gravados não poderão ser reproduzidos diretamente em outros dispositivos devido à criptografia aplicada automaticamente, evidenciando o atendimento ao requisito de segurança exigido.”. Porém, a dúvida técnica persistiu e solicitamos um complemento de diligência para compreender como poderia ser acessado as imagens do cartão no caso de extravio ou avaria da câmera e também se seria possível acessar por outra câmera da mesma marca, modelo e versão do firmware. A empresa Multi informou que não seria possível acessar novamente as imagens em outra câmera, pois seria exclusivo aquela câmera da mesma marca e modelo, assim tornando as imagens irre recuperáveis.

Conclusão:

A análise da amostra revela que, embora não tenha sido possível confirmar explicitamente a criptografia dos arquivos por métodos convencionais — dada a ausência de configurações ou parametrizações relacionadas a criptografia no software da câmera — o acesso aos vídeos é restrito ao software da câmera utilizada para a gravação, exigindo autenticação.

Essa restrição inicial sugere a existência de um mecanismo de proteção. Contudo, os testes realizados não permitem afirmar que se trata de criptografia conforme o requisito. A criptografia, por definição, exige um método para encriptar um conteúdo usando uma chave conhecida, tornando-o ilegível independentemente do software ou hardware de visualização. Essa funcionalidade específica de criptografia, com o uso de chaves para proteção e decodificação, não foi encontrada no software da câmera.

Confirmamos que os arquivos só puderam ser abertos com o software do fabricante da câmera específica. Entretanto, a diligência apontou uma fragilidade crítica: um terceiro, não sendo o controlador ou operador do dado, poderá acessar o conteúdo em caso de

Fundamentação da Não Conformidade:

Considerando que o item 6.1.21 tem como objetivo principal a proteção total do acesso

da por: **Elisabete Nehrke** em 03/06/2025 15:12. Inserido ao protocolo **23.070.017-6** por: **Elisabete Nehrke** em: 03/06/2025 15:10.
nos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
www.spiweb.com.br/validarDocumento com o código: **a9a27f4d7af0d16753b73aa19053c706**.



aos conteúdos por meio de criptografia, permitindo o acesso exclusivo ao controlador e operador dos dados em atendimento à LGPD.
A mera autenticação por usuário e senha via licença de software da câmera não garante a proteção total ao acesso dos vídeos gravados sem a dependência intrínseca do hardware. Os conteúdos gravados no cartão não estão, de fato, criptografados de acordo com as boas práticas e conceitos de criptografia necessários para a conformidade com a LGPD. A vulnerabilidade de acesso por terceiros em caso de furto da câmera, devido à impossibilidade de proteção por chave criptográfica, contraria diretamente o espírito e a letra da LGPD no que tange à segurança e privacidade dos dados.
Diante do exposto, e considerando a relevância do tema para o Ministério Público do Paraná, que realiza inspeções sobre o cumprimento da LGPD neste projeto, entendemos que o item 6.1.21 não é atendido na amostra apresentada.
Em resumo:
O requisito 6.1.16 atende na amostra apresentada.
O requisito 6.1.21 não atende na amostra apresentada

6) CONCLUSÃO

Neste sentido, a Coordenadora da Disputa **julga PARCIALMENTE PROCEDENTE O RECURSO** interposto pela empresa **POSITIVO TECNOLOGIA S/A** com a consequente **desclassificação da licitante GRUPO MULTI, declarando vencedora a licitante POSITIVO TECNOLOGIA S/A**. Nada mais havendo para ser tratado eu, Elisabete Nehrke, lavrei a presente ata.

37. Portanto, salta aos olhos o “*modus operandi*” da licitante GRUPO MULTI, que de forma reiterada apresenta propostas escritas/catálogos/especificações técnicas que não se sustentam quando confrontados com os respectivos equipamentos de amostras, inclusive com diferentes equipamentos como nos casos concretos citados (notebooks, chromebook ou ainda câmeras de segurança).

38. Com o máximo respeito, mas o FNDE não pode fechar os olhos para tais evidências de inconformidade que revelam uma **grave insegurança técnica e jurídica** entre o que é prometido e o que é efetivamente entregue pela licitante GRUPO MULTI, e que coloca em dúvida a sua capacidade de atender aos padrões exigidos de forma transparente e eficaz.

39. Desta feita, **há sim um fundado e justificado receio que também perante ao FNDE a licitante GRUPO MULTI tenha adotado este seu rotineiro “modus operandi” e que seus equipamentos de fato não atendam ao minimamente exigido para os diferentes itens/lotos em que está como atual arrematante**, sendo portanto uma medida salutar e preventiva que, em respeito aos elevadíssimos investimentos que serão feitos com o dinheiro público com tais aquisições, **o FNDE solicite neste momento, ainda em fase de licitação, o os equipamentos de amostras, não somente para a licitante GRUPO MULTI, mas para todas as licitantes que estejam classificadas em 1º (primeiro) lugar nos diferentes itens/lotos**, para que os produtos sejam submetidos ao crivo de testes de homologação, sob a gestão dos técnicos especializados do FNDE e com a participação das demais licitantes e de todos os interessados, em sessão pública.

40. Certamente que o procedimento de testes/homologação de amostras nesta fase da licitação trará clareza, transparência, isonomia e sustentabilidade técnica para o processo licitatório, sendo que se os equipamentos ofertados pela licitante GRUPO MULTI realmente forem aderentes e atendam a todos os aspectos que estão sendo documentalmente prometidos/afirmados em sua proposta/catálogos/especificações, restará realmente como contratações legítimas e acertadas.

41. Portanto, o que a POSITIVO desde já requer e invoca ao FNDE é a aplicabilidade **imediate de diligências de solicitações de equipamentos de amostras para fins de realização de testes/homologações**, objetivando garantir a necessária segurança técnica e jurídica, como medida preventiva e justificada, para que tais aquisições realmente atendam ao pretendido pelo FNDE, especialmente em face da importância estratégica do certame, bem como dos elevados quantitativos e essencialidade dos equipamentos que serão adquiridos à educação brasileira.

42. É verdade que o Termo de Referência menciona, em seu subitem 4.49, que a avaliação será **“preferencialmente** documental”, mas isso não implica em se concluir que a análise deve ser **“exclusivamente** documental”. Especialmente quando a proposta se revela inconclusiva.

43. Em que pese a análise documental tenha sido realizada pelo FNDE, agora não podem ser ignorados os relevantes pontos técnicos suscitados pela POSITIVO nesta peça recursal, que demandam – **por justo e motivado receio – que o FNDE solicite NESTE MOMENTO, a**

todas as licitantes classificadas em 1º lugar de todos os lotes, seus equipamentos de amostra, até porque serão milhões de reais envolvidos nas futuras aquisições, ou seja, são plenamente aplicáveis as disposições sobre as amostras a seguir transcritas:

Da verificação de amostra do objeto

- 4.49. A avaliação do cumprimento dos requisitos e especificações do OBJETO dar-se-á de forma preferencialmente DOCUMENTAL, por intermédio da PROPOSTA TÉCNICA E DE PREÇOS e da documentação técnica da solução – a serem fornecidos pelo LICITANTE provisoriamente classificado em primeiro lugar.
- 4.49.1. Restando dúvidas acerca da especificação da SOLUÇÃO e esgotadas as vias documentais será realizada verificação de amostra do objeto para validar se a SOLUÇÃO apresentada pela(s) LICITANTE(S) detém os requisitos mínimos necessários para realização dos serviços a serem contratados, de acordo com as funcionalidades e requisitos descrito no CADERNO DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, anexo deste TERMO DE REFERÊNCIA.
- 4.49.2. A possibilidade de verificação de amostra, tem previsão no artigo 17, §3º, artigo 41, inciso II, e artigo 42, §2º, todos da Lei nº 14.133, de 2021, e no artigo 12, § 1º da IN SGD/ME nº 94, de 2022.

44. O Edital também faz explícita referência às disposições do TR sobre a ocorrência das sessões de amostras no curso do procedimento licitatório (momento atual do certame), com a possibilidade de todos os interessados acompanharem os procedimentos de testes nos equipamentos dos atuais 1º (primeiros) colocados, de forma a garantir toda a transparência e isonomia do processo licitatório, e não após a assinatura da ARP/contrato somente com a então Contratada, conforme se depreende dos subitens 7.17 a 7.21 abaixo transcritos:

7.17. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.18. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.19. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.20. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.21. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

45. Formular propostas para a Administração Pública requer tempo, cuidado e atenção, atitudes que não ficaram demonstradas pela licitante GRUPO MULTI. Não se trata de privilegiar

a forma em detrimento da finalidade, muito pelo contrário, o que se pretende é ponderar que **as exigências técnicas não podem ser consideradas como meramente formais**. É necessário que a proposta possibilite à Administração Pública o mínimo de segurança em relação ao atendimento do interesse público. **Não sendo assim, corre-se o risco de que as licitantes passem a apresentar propostas que não atendem exigências a seu bel-prazer, dificultando, inclusive, a própria avaliação e julgamento do certame**.

46. Não se deve incentivar a prática de não “punir” aqueles que não cumprem as exigências, pois isso remove a seriedade do processo e acaba por prejudicar aqueles que buscam ser corretos, ferindo a isonomia no processo licitatório. Em outras palavras, além do aspecto estritamente legal, não é justo e razoável para com as demais licitantes, que despenderam o cuidado de preparar as suas propostas em estrita conformidade às exigências do edital.

47. Considerando o até aqui exposto, acredita-se que a aceitação da proposta da licitante GRUPO MULTI trata-se de um mero equívoco, mas que será imediatamente corrigido pela Colenda Comissão de Licitação, pois além de culminar em **ato ilegal sob o aspecto do claro descumprimento das regras editalícias, também implicará em ato lesivo aos Princípios Constitucionais da Vinculação ao Instrumento Convocatório, da Competitividade e Isonomia** em relação às demais licitantes que despenderam o cuidado e o esmero na formulação das suas propostas.

48. E por fim, não menos importante, para além do aspecto jurídico da ilegalidade sob o viés da isonomia do certame, também **sob o aspecto do interesse público tutelado** a desclassificação da proposta da licitante GRUPO MULTI é medida necessária, posto que a aceitação de sua proposta, que não contém as comprovações minimamente exigidas pelo Edital, não permite uma perfeita aferição da solução que será entregue e, com isso, não garante que estará atendendo ao interesse tutelado e fazendo bom uso do dinheiro público.

IV – DO DIREITO:

49. A Administração não pode quedar-se às vontades e aos interesses dos particulares, mas deve trabalhar em prol da satisfação dos interesses coletivos, que neste caso encontram-se retratados nas normas editalícias, que se destinam a garantir a melhor contratação possível para Administração.

50. O entendimento doutrinário é pacífico neste sentido, pelo que oportuna é a transcrição dos ensinamentos do doutrinador, Marçal Justen Filho, em sua obra Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Editora Dialética. 11ª edição, São Paulo, pp. 402 e 526:

“O instrumento convocatório cristaliza a competência discricionária da Administração, que se vincula a seus termos. Conjugando a regra do art. 41 com aquela do art. 4º, pode-se afirmar a estrita vinculação da Administração ao edital, seja quanto a regras de fundo quanto àquelas de procedimento. Sob um certo ângulo, o edital é o fundamento de validade de atos praticados no curso da licitação, na acepção de que a desconformidade entre o edital e os atos administrativos praticados no curso da licitação se resolve pela invalidade destes últimos. Ao descumprir normas constantes do edital, a Administração Pública frustra a própria razão de ser da licitação”.(Grifos e destaques acrescidos)

51. E sobre os princípios constitucionais, cumpre-nos destacar que, caso estes não sejam respeitados, a validade do processo licitatório restará por certo comprometida, tornando-o temerário e vulnerável, podendo ser desconstituído por razões de juridicidade pela autoridade administrativa ou judicial competente. Vale a transcrição do ensinamento de Celso Antonio Bandeira de Mello em Curso do Direito Administrativo, 13ª Ed, São Paulo, Editora Malheiros, p. 772 in verbis:

“Violar um princípio é muito mais grave do que transgredir uma norma qualquer. A desatenção ao princípio implica ofensa não apenas a um específico mandamento obrigatório, mas a todo o sistema de comandos. É a mais grave forma de ilegalidade ou inconstitucionalidade, conforme o escalão do princípio atingido, porque representa insurgência contra todo o sistema, subversão de seus valores fundamentais, contumélia irremissível a seu arcabouço lógico e corrosão de sua estrutura mestra.”(Grifos e destaques acrescidos)

52. Sendo assim, nos exatos termos da Súmula 473 do STF e, considerando o Princípio da Autotutela que é intrínseco à atividade administrativa, clama-se ao FNDE que promova a anulação da decisão que classificou a proposta e declarou como vencedora no certame em apreço a licitante GRUPO MULTI:

Súmula 473 do STF – A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvado, em todos os casos, a apreciação judicial. (Grifos e destaques acrescidos)

53. No mesmo sentido, ensina a Prof.^a. Maria Sylvia Zanella Di Pietro, em sua obra Direito Administrativo, 9ª Ed., São Paulo: Ed. Atlas. p.195:

“(...) a Administração tem, em regra, o dever de anular os atos ilegais, sob pena de cair por terra o princípio da legalidade.” (Grifos e destaques acrescidos)

54. Assim, revendo-se a decisão que classificou e declarou vencedora a proposta da licitante GRUPO MULTI (o que se requer e se acredita firmemente), sendo declarada a nulidade do ato, os efeitos gerados retroagem à data em que ele foi praticado, desconstituindo-se todas as consequências geradas a partir de sua edição (efeito *ex tunc*).

V – DO PEDIDO FINAL:

55. Por todo exposto, tempestiva e respeitosamente, a POSITIVO requer ao FNDE que aprecie os concretos e irrefutáveis argumentos acerca da proposta técnica apresentada, para que o presente Recurso Hierárquico seja conhecido e integralmente provido, reconsiderando-se a decisão originária, **com a imediata desclassificação da proposta da licitante GRUPO MULTI para os itens 4 e 6, uma vez que não foram cumpridos substanciais requisitos editalícios, retornando-se ao certame com o chamamento da próxima licitante classificada.**

56. Caso não seja este o entendimento (o que não se acredita, com todo o respeito), como medida preventiva, especialmente em face da importância estratégica do certame, bem como dos elevados quantitativos e essencialidade dos equipamentos que serão adquiridos, que **então o FNDE reconheça a necessidade de solicitar equipamentos de amostras nesta fase da licitação para aferir 100% (cem por cento) da aderência técnica ao exigido, com ampla publicidade e transparência para todos os interessados, com base nos subitens 4.49.1 e 4.49.2 do Termo de Referência.**

57. Isto é o que se impõe, pela estrita observância aos ditames legais e aos princípios basilares! Isto é o que desde já se requer, por ser de Direito e de Justiça!

Termos em que,
Pede e Aguarda Deferimento.

De Manaus/AM para Brasília/DF, em 29 de julho de 2025.

POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

Maria Helena Pereira - Procuradora constituída